



Governo do Estado
SANTA CATARINA

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

Recortes de notícias sobre educação

**Assessoria
de comunicação**

Clipping

7, 8, 9 10 e 11/6/2012



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Região

Data: 11/6/12

Assunto: Educação – Escola Básica parcialmente interditada

Página: 17

EDUCAÇÃO

Escola Básica parcialmente interditada

SANTO A. DA IMPERATRIZ — A Escola Básica Anísio Vicente de Freitas, no bairro Sul do Rio, em Santo Amaro da Imperatriz está parcialmente interditada desde a última terça-feira. Problemas estruturais como o telhado precário, rachaduras severas, goteiras e a possibilidade de um curto-circuito no prédio mais antigo da Escola fizeram com que a Defesa Civil do município proibisse a utilização do espaço até que a reforma seja feita. Apesar da interdição, as aulas para ensino fundamental e médio ainda estão acontecendo de forma improvisada no espaço liberado pelo órgão.

A escola foi construída em 1977 e desde então não recebeu uma reforma adequada. A Defesa Civil entregou um laudo de interdição para o Estado, que tem 180 dias para concluir a reforma. O prazo encerra em 5 de dezembro. Ainda não há prazo para as obras.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 7/6/12
Assunto: Benefícios a estudantes		Página: 34

BENEFÍCIO A ESTUDANTES

Berger deve vetar projeto do passe

JULIA ANTUNES LORENÇO

O prefeito de Florianópolis, Dário Berger, declarou, ontem, que deve vetar o projeto de lei complementar que garante passe escolar do transporte coletivo a alunos de cursos pré-vestibular e profissionalizantes, aprovado pela Câmara de Vereadores na terça-feira. Ele justificou que a proposta é inconstitucional.

Por mexer no orçamento, o prefeito acredita que a assessoria jurídica não irá considerá-lo legal, e que, por isso, ele não teria como sancionar o texto. Berger ainda lamentou o fato de a Câmara ter aprovado o projeto.

A proposta, que tramitou por seis anos na Câmara, é de autoria do vereador Márcio de Souza (PT). Ela passou mais de 40 vezes pela Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo e 15 vezes pela Comissão

de Orçamento, Finanças e Tributação. Na terça-feira, foi aprovada.

Souza disse que a previsão orçamentária se faz a partir da lei sancionada. Para ele, a proposta não irá gerar dificuldades financeiras.

– Na década de 80, quando foi aprovado o meio-passe para o estudante, e que vigora até hoje, também não gerou nenhuma situação de dificuldade para a gestão – ressaltou.

O vereador informou que vai agen-

dar uma conversa com o prefeito, para que se chegue a um entendimento da proposta.

– Tenho certeza absoluta que ele vai aprovar – finalizou.

Pelo projeto, pagariam meia tarifa alunos de cursos preparatórios, pré-vestibulares e de formação e aperfeiçoamento profissional com duração superior a três meses.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 7/6/12

Assunto: Cotas

Página: 41

COTAS

Racismo é investigado em Instituto

Ministério Público Federal avalia suposto crime e falta de acompanhamento aos alunos do IFSC

O Ministério Público Federal (MPF) está avaliando suposta prática de crime de racismo por parte de servidores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e suposta deficiência no programa de acompanhamento de alunos que ingressam na instituição pelo sistema de cotas raciais e sociais. A função do programa é garantir a permanência do aluno cotista até sua formação.

O que é o sistema

Foi criado para dar acesso a negros, índios, deficientes, estudantes de escolas públicas em universidades, concursos e no mercado de trabalho. A validade de tais reservas para estudantes negros no Brasil foi votada pelo Supremo Tribunal Federal em 2012. O STF decidiu por unanimidade que as cotas são constitucionais.

Nove reprovações de alunos negros que ingressaram pelo sistema de cotas no campus da instituição em São José, na Grande Florianópolis, desencadearam as denúncias repassadas ao Ministério Público Federal.

– Queremos entender como é o acompanhamento da permanência do aluno após ingresso por cota. Há informação de alunos que se enquadrariam na situação de evasão escolar por dificuldade de permanência. É um reforço acadêmico e social que não estaria tendo ou que não estaria sendo suficiente. E também estamos avaliando se houve ou existe racismo na instituição – disse o procurador da República do MPF Maurício Pessuto.

Em reunião, ontem, no campus Florianópolis-Continentes com representantes da reitoria, movimentos sociais, alunos, MPF e Advocacia Geral da União, ficou definido que o IFSC terá 10 dias para fazer esclarecimentos ao órgão.

A reitora do IFSC, Maria Clara Schneider disse que a instituição está encaminhando os documentos ao MPF e que o processo de reingresso de alunos que tiveram matrículas canceladas está em análise.

A coordenadora estadual do Movimento Negro Unificado, Maria de Lourdes Mina, disse que está havendo racismo institucional no IFSC ba-

seado na “reprovação em massa” de alunos negros cotistas da instituição (os nove alunos) e na postura “racista” de professores com esses alunos.

– A função da reserva de cotas é proporcionar aos estudantes concorrer com a mesma oportunidade educacional no sistema. Não é um favor, é um direito. O processo histórico da população negra não permite que os negros chegassem a uma universidade – observou Maria de Lourdes.

O aluno do Instituto, Fernando Patrício Filho, contou que foi advertido por ter protocolado reclamação de que “os negros vêm sendo humilhados na instituição”.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 7/6/12
Assunto: Ensino superior		Página: 17

Ensino superior Comissão aprova 50% das vagas para alunos da rede pública

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou projeto de lei que reserva 50% das vagas em universidades federais e estaduais para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio na rede pública. O mesmo

percentual será aplicado nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

A matéria ainda será votada em outras duas comissões: Educação e Assuntos Sociais. Pela proposta já aprovada na Câmara, metade das

vagas previstas será reservada a estudantes de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.

As vagas, segundo o projeto, serão preenchidas por curso e turno, pelas pessoas que se autodeclararem negros, pardos e indígenas através de cota racial. Para efeito de cálculo, será levado em conta a população desses brasileiros no Estado onde estiver instalada a instituição de ensino com base no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Artigos

Data: 10/6/12

Assunto: À beira do abismo

Página: 19

À beira do abismo

ARISTIDES CIMADON *

O Sistema de Educação Superior Catarinense das instituições da Acafe está à beira do abismo, e o governo federal está empurrando-o para um passo à frente. O quadro da maioria das universidades catarinenses do Sistema Acafe está em situação bem complicada. Ocorre que, com a Constituição de 1988, por orientação da própria Receita Federal, essas instituições recolheram o Imposto de Renda Retido na Fonte de seus funcionários ao município de origem de sua criação.

A partir de 1996, a Receita Federal entendeu que se equivocou, e agora reclama esse imposto para a União. Numa tentativa de resolver o problema, essas instituições buscam o governo federal para um acordo.

Com o apoio da bancada federal dos deputados catarinenses, as negociações foram acontecendo até que o governo resolveu encaminhar ao Congresso uma emenda (jabuti) numa das medidas provisórias que tramita na Câmara dos Deputados.

A dita emenda inclui no mesmo “tacho” todas as instituições do país, sendo elas privadas lucrativas, comunitárias ou de origem municipal, amparadas pelo artigo 242 da Constituição Federal, como é o ca-

so daquelas do Sistema Acafe. A proposta dessa emenda na Medida Provisória 559, que o governo federal fez através do relator, deputado Pedro Uczai, aniquila com o Sistema Acafe e contraria o princípio federativo, porque obriga essas instituições a migrarem para o sistema federal, numa espécie de intervenção.

Na proposta do governo estão medidas inaceitáveis para as nossas instituições, tais como a migração para o sistema federal, sendo que com isso perderemos as bolsas dos artigos 170 e 171 e do Fundo Social. Ademais, as alíquotas de correção tornam as parcelas impagáveis.

A proposta não diferencia as instituições catarinenses, que recolheram os impostos aos municípios, daquelas lucrativas; impede que as instituições criem novos cursos, ampliem vagas; obriga o arrolamento dos bens dos dirigentes, tornando-os indisponíveis no prazo de 15 anos.

É um absurdo. Os times de futebol, pela Lei 11.345/2006, tiveram parceladas suas dívidas, com anistia de multas e podendo pagá-las por recursos de loterias. É que no Brasil, os times de futebol devem ser mais importantes que instituições de ensino.

* Reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)